



Anexo do P.O. 259/97-60
S. Vicente 11/11/97
Câmara

Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 186

3166

Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei
nº 2227/89 que instituiu o Imposto sobre
Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e
Direitos Reais - ITBI.
Proc. nº 24289/97

MÁRCIO FRANÇA, Prefeito do Município de São Vicente, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Os dispositivos da Lei nº 2227, de 3 de fevereiro de 1989, a seguir indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - Art. 5º, inciso II

Art. 5º -

“II - os cessionários, nas cessões de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda.”

II - Art. 6º - “caput”, § 1º e § 2º

“Art. 6º - A base de cálculo do imposto é o valor de transmissão dos bens ou direitos transmitidos nos respectivos instrumentos públicos ou particulares.

§ 1º - Não serão abatidas do valor mencionado no “caput” quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitido.

§ 2º - Nas cessões de direitos à aquisição, o valor ainda não pago pelo cessionário será deduzido da base de cálculo.”

1



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 186

fl.2

III - Art. 7º - “caput” e § 1º

“Art. 7º - Em nenhuma hipótese o imposto será calculado sobre valor inferior ao valor venal do imóvel, lançado no exercício, para efeito de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, aplicado o índice de atualização municipal, no período compreendido entre 1º de janeiro e a data em que for lavrada a escritura ou instrumento particular.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, não serão considerados os descontos eventualmente concedidos sobre o valor fiscal apurado para efeito de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.”

IV - Art. 8º - “caput”

“Art. 8º - O imposto será calculado:

I - Nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro de Habitação - SFH e nas construções destinadas à moradia popular, nos termos do que for estabelecido em regulamento do Executivo:

a) à razão de 1% (um por cento) sobre o valor efetivamente financiado;

b) pela aplicação das alíquotas previstas no art. 10, sobre o valor restante;

II - Nas demais transmissões, pelas alíquotas incidentes sobre as classes de valor definidas pelo número de Unidades Fiscais de Referência - UFIRs, previstas no art. 10.”



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 186

fl.3

V - Art. 10 - "caput"

"Art. 10 - São as seguintes as alíquotas do imposto:

Classes de Valor do Imóvel em Unidades Fiscais de Referência - UFIRs	Alíquota
Até 21.000	2%
De 21.001 a 51.000	3%
Acima de 51.001	4%"

VI - Art. 12 - Parágrafo único

"Art. 12 -

"Parágrafo único - No caso de oferecimento de embargos, o prazo será de 30 (trinta) dias a contar do trânsito em julgado da sentença que os rejeitar."

VII - Art. 14 -

"Art. 14 - O imposto não pago no vencimento será atualizado e acrescido de multa calculada nos termos do art. 96 da Lei nº 1745, de 29 de setembro de 1977, incidindo ainda sobre o montante juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária na forma da lei."



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 186

f.4

VIII - Art. 16 -

“Art. 16 - Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivães, oficiais de Registros Públicos ou seus prepostos, os atos e termos relacionados à transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, por instrumento público ou particular, sem a prova do pagamento do imposto ou do reconhecimento administrativo da não incidência, da imunidade ou da concessão de isenção.”

IX - Art. 18, inciso II

Art. 18 -

“II - por infração aos artigos 8º, 16 e 17 multa correspondente a 50 UFIRs (cinquenta Unidades Fiscais de Referência) por item descumprido.”

X - Art. 20 -

“Art. 20 - Em caso de incorreção do lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana utilizado para efeito de piso na forma do art. 7º desta Lei, o Fisco Municipal poderá rever de ofício os valores recolhidos a título de imposto de transmissão.”

Art. 2º - Acrescente-se ao art. 8º da Lei nº 2227, de 3 de fevereiro de 1989, § 2º com a seguinte redação, passando o parágrafo único a primeiro:

“Art. 8º -

§ 1º -

§ 2º - O cálculo do imposto previsto na alínea “a” somente será considerado para o primeiro adquirente, mediante declaração do contribuinte, sob as penas da Lei.”



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 186

fl.5

Art. 3º - Acrescente-se ao art. 10 da Lei nº 2227, de 3 de fevereiro de 1989, os seguintes parágrafos:

“§ 1º - Para cálculo do imposto devido, o valor do imóvel será decomposto de acordo com a tabela prevista neste artigo, aplicando-se, a cada parcela obtida, a alíquota correspondente.

§ 2º - O valor do imposto é determinado pela soma das parcelas obtidas.

§ 3º - Para os efeitos do disposto neste artigo, será considerado o valor do índice de atualização municipal vigente à data da efetivação do ato ou contrato.”

Art. 4º - Acrescente-se ao art. 11 da Lei nº 2227, de 3 de fevereiro de 1989, os seguintes parágrafos 2º, 3º e 4º, passando o parágrafo único a primeiro:

“Art. 11 -

§ 1º -

§ 2º - A inexatidão ou omissão de elementos no documento de arrecadação sujeitará o contribuinte, os tabeliães, escrivães, oficiais de Registro de Imóveis e seus prepostos, nos atos em que intervierem, à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da transmissão.

§ 3º - Comprovada, a qualquer tempo, a omissão de dados ou a falsidade das declarações consignadas nas escrituras ou instrumentos particulares de transmissão ou cessão, o imposto ou sua diferença serão exigidos com o acréscimo de multa correspondente ao valor total do imposto a ser lançado, sem prejuízo dos acréscimos devidos em razão de outras infrações eventualmente praticadas.

18



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 186

fl.6

§ 4º - Pela infração prevista neste artigo respondem, solidariamente com o contribuinte, o alienante ou cedente.”

Art. 5º - Acrescente-se à Lei nº 2227, de 3 de fevereiro de 1989, artigo que será o 27, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“Art. 27 - O Poder Executivo regulamentará o reconhecimento administrativo nas hipóteses de não incidência, imunidade e concessão de isenção, nos casos previstos em Lei.”

Art. 6º - Acrescente-se à Lei nº 2227, de 3 de fevereiro de 1989, artigo que será o 28, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“Art. 28 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio com outros Municípios, objetivando facilitar o recolhimento do ITBI em atos de transmissão de bens, praticados em local diverso da situação do imóvel.”

Art. 7º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1998, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente, Cidade Monumento da História Pátria,
Cellula Mater da Nacionalidade, em 03 de novembro de 1997.


MÁRCIO FRANÇA
Prefeito Municipal